



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140798 - BA (2021/0001701-8)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : ITALO DIEGO FERNANDES DE CASTRO (PRESO)
ADVOGADOS : TROYANO ADALGICIO TEIXEIRA LELIS - BA025590
GUILHERME CRUZ DO NASCIMENTO - BA059614
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CORRÉU : CAIO VINICIUS FOGACA DAS NEVES

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ITALO DIEGO FERNANDES DE CASTRO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8029972-63.2020.8.05.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 26/8/2020, pela suposta prática do delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/2006), por ter sido flagrado na posse de 121,9g de maconha e 4,5g de *crack*. Posteriormente, a prisão foi convertida em preventiva.

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Assevera que a prisão preventiva foi decretada com base apenas na gravidade abstrata do delito imputado.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação a custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente